

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Sindicato dos Bancários – Londrina – PR

Data: 13 de Dezembro de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)

1 Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis foi realizada reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na sede do Sindicato dos Bancários,
3 situada à rua Rio de Janeiro, 854 – Centro na cidade de Londrina/PR. Os participantes desta
4 reunião foram registrados em lista de presença, devidamente assinada e arquivada. A reunião
5 é iniciada em segunda chamada, às oito horas e quarenta e cinco minutos com a leitura da
6 pauta: **1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Leitura e aprovação de atas; 3.**
7 **Apresentação SMAS sobre execução de deliberações do CMAS em 2015 e 2016; 4.**
8 **Discussão sobre a partilha de recursos da Proteção Social Básica; 5. Calendário 2017;**
9 **6. Relato de Comissões; 7. Informes.** Gisele Tavares solicita a inclusão de ponto na pauta
10 referente à prestação de contas sobre os recursos da calamidade pública, justificando que não
11 foi discutido previamente na comissão de fundo visto a data da reunião coincidir com a
12 audiência pública do orçamento e cita que Tércia Lamônica, que ainda não se encontra
13 presente, irá também solicitar inclusão de ponto de pauta referente à entidade SOS. As
14 inclusões foram aprovadas e Valmirete informa que conforme a dinâmica da reunião, a ordem
15 dos pontos poderá ser invertida. Assim, a pauta aprovada é: **1. Apresentação e aprovação**
16 **da pauta; 2. Leitura e aprovação de atas; 3. Apresentação SMAS sobre execução de**
17 **deliberações do CMAS em 2015 e 2016; 4. Discussão sobre a partilha de recursos da**
18 **Proteção Social Básica; 5. Calendário 2017; 6. Prestação de Contas recursos Calamidade**
19 **Pública; 7. Entidade SOS; 8. Relato das Comissões; 9. Informes.** Na sequência Eliane
20 Paganini faz a leitura da ata da reunião do dia vinte e seis de julho de dois mil e dezesseis e,
21 após discussões, sugestões e alterações a ata foi aprovada. Logo após foi lida ainda a ata da
22 reunião do dia quinze de agosto de dois mil e dezesseis que também após discussões e
23 sugestões de alterações, foi aprovada. Tércia solicita a inversão de ponto de pauta visto a
24 necessidade de comparecer em outro compromisso. Passou-se a discutir então o ponto **7.**
25 **Entidade SOS.** Tércia contextualiza as providências tomadas após a manifestação do Sr.
26 Carlos Kita neste conselho sobre as dificuldades da entidade SOS. Refere que, em reunião da
27 SMAS com a diretoria da entidade, esta manifestou a dificuldade em conseguir recursos para
28 suprir o atraso dos recursos federais, não tendo condições de pagar o décimo terceiro salário
29 dos funcionários, sinalizando inclusive que a situação pode vir a acarretar a interrupção da
30 prestação do serviço. Tércia informa que os repasses municipais estão em dia, faltando apenas
31 a parcela de dezembro, mas que do recurso federal há quatro parcelas em atraso para esse
32 segmento em razão da indisponibilidade de recursos nas contas afetas a esse piso. Apresenta
33 que há fontes não vinculadas a pisos, que se referem a programas classificados pela Portaria
34 nº 113/2015, cuja lógica de financiamento é de ressarcimento por atividades já realizadas e
35 que, portanto, há a possibilidade de execução, tanto nesses mesmos programas, como em
36 “outra finalidade da Assistência Social”, com saldos que poderiam ser deliberados para
37 adiantamento de recursos para a entidade, cobrindo as quatro parcelas do PAC em atraso. As
38 fontes são do BPC e CNEAS e a proposta é de este Conselho autorizar essa utilização, sendo

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 que a fonte do BPC tem cerca de treze mil reais de saldo e do CNEAS aproximadamente dois
40 mil, fazendo o remanejamento para atender a instituição neste momento crítico. Refere que
41 não há possibilidade de fazer este processo com outras entidades visto o valor do recurso.
42 Marilys Garani, técnica representante da SMAS, pede a palavra e informa que em visita à
43 entidade foi verificada nova infestação de percevejos. Refere que isso agrava a situação da
44 entidade e que, associada às dificuldades financeiras, isso pode representar o fechamento do
45 serviço. Refere o encerramento dos SCFV que deixarão de ser atendidas pelas Irmãs de Santa
46 Ana e Boa Esperança e que, apesar das crianças e adolescentes serem prioridade, no caso
47 do acolhimento adulto não há capacidade instalada no município de remanejar os acolhidos
48 como é possível hoje ser feito nos casos do SCFV. Gisele Tavares e Nívia Polezer reforçam a
49 necessidade do aporte à entidade neste momento. Valmirete reflete que estas situações trazem
50 a necessidade do acompanhamento das entidades por parte da comissão deste conselho e
51 que uma comissão mais efetiva precisa ser reforçada pelo conselho. Tércia refere que as
52 entidades têm manifestado suas dificuldades, mas que o município não tem condições de suprir
53 o atraso dos recursos federais e a gestão foi feita na esperança de recebimento desses
54 atrasados. Que esta proposta de socorrer a entidade é possível porque o valor recebido por
55 ela é pequeno e que com o recurso do BPC seria possível pagar três parcelas para o SOS.
56 Valmirete reforça a necessidade da participação das entidades de forma mais efetiva e Tércia
57 sinaliza que foi colocado para a diretoria da entidade a necessidade de participação no
58 conselho para fortalecimento. Márcia Valim questiona sobre a legalidade do remanejamento
59 dos recursos do BPC para esta finalidade. Gisele Tavares contextualiza o recurso do BPC na
60 Escola, as providências tomadas pela gestão, fazendo os trâmites de preenchimento dos
61 questionários e alimentação do sistema. Refere que o município recebeu o recurso visto ter
62 tomado as providências solicitadas e teve como orientação da Portaria 113/2015 que o recurso
63 poderá ser utilizado em ações da assistência social e que já foi deliberado o uso deste recurso
64 para outras providências anteriormente neste conselho. Tércia sinaliza que não seria um
65 aditivo, mas o remanejamento para regularidade da pendência, uma vez que o recurso do PAC
66 não foi recebido. Márcia pontua que é necessário deixar sinalizado que, quando as parcelas
67 vierem a ser recebidas elas não poderão ser repassadas à entidade pois já foi realizado o
68 remanejamento para sanar o déficit. Valmirete, Gisele, Eva e Tércia reforçam essa prerrogativa.
69 Ordália sinaliza a necessidade da participação da entidade neste conselho, uma vez que é
70 recorrente o movimento de procura do conselho apenas quando há as dificuldades financeiras.
71 Marilys Garani propõe constar em ata a necessidade de sinalizar à entidade a importância de
72 sua participação no conselho. Valmirete sugere que seja feita o indicativo da importância de
73 participação da entidade por escrito. Carmem Queiroz sugere ainda a prestação de contas das
74 entidades neste conselho quanto aos recursos e situação. Valmirete solicita que conste em ata
75 que a comissão de acompanhamento precisa estar mais atuante no próximo ano. Valmirete
76 encaminha a votação quanto à proposta de repasse de três parcelas no valor de quatro mil e
77 duzentos reais da fonte do BPC. A proposta é aprovada tendo a abstenção do voto da
78 conselheira Márcia Valim que justificou não estar presente no momento da explanação da
79 Tércia desde o início. Márcia solicita a palavra apresentando documento encaminhado pelo
80 Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS – Norma Técnica sobre a continuidade da

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 prestação dos serviços de forma contínua, problematiza que o conselho sempre trabalhou com
82 a realidade, fazendo a gestão no sentido do reestabelecimento dos repasses e que, como
83 cidadã e como entidade, realizou reclamação na ouvidoria do MDSA referente aos atrasos do
84 cofinanciamento que tem penalizado as entidades na prestação dos serviços. Reforça o
85 movimento de entidades de, no final do ano aparecerem no conselho sinalizando suas
86 dificuldades financeiras e solicitando deliberações quando a necessidade é de participação
87 sistemática no conselho e necessidade da atuação da comissão de acompanhamento.
88 Valmirete refere que é necessária atenção no atual cenário e Gisele informa que amanhã terá
89 discussão na Câmara sobre as emendas ao orçamento municipal e a necessidade de
90 articulação para preservar o orçamento da assistência social uma vez que os indicadores de
91 emendas devem vir sinalizando de onde estes recursos deverão ser retirados. Gisele registra
92 que os maiores recursos da assistência estão em subvenção e benefício e o montante chama
93 a atenção. Ordália Ferreira reforça a necessidade de deixar claro que o orçamento da
94 assistência social foi garantido no sentido de manter os serviços e atendimentos já existentes,
95 portanto, é o mínimo que esta política precisa para continuar prestando os atendimentos. Tércia
96 solicita a palavra para informar que, com o anúncio da nova secretária de assistência social,
97 que irá assumir em janeiro, já foi realizado contato com a mesma no sentido de colocar a atual
98 situação dos recursos federais e demais demandas. Valmirete coloca a necessidade de agenda
99 do CMAS com a nova secretária. Eliane Pagani irá verificar possibilidade de agenda para
100 reunião da comissão que já fez contato com a equipe de transição e a nova secretária. **4.**
101 **Discussão sobre a partilha de recursos da Proteção Social Básica.** Gisele apresenta o
102 ponto resgatando discussões realizadas anteriormente sobre reordenamento e
103 remanejamentos já aprovados por este conselho. Refere que, conforme conversa inicial
104 realizada na reunião anterior, há a necessidade de discussão das metas atendidas pela ALIA
105 em 2015, não conveniadas em 2016 e cujos recursos estão previstos no orçamento de 2017 e
106 as propostas de uso do recurso pelo Clube de Mães Unidas e pelo SCFV. Marilys e Gisele
107 informam que houve um recuo na proposta do Clube de Mães visto a dificuldade de execução
108 neste momento da proposta inicial de ampliação, solicitando a melhoria do financiamento das
109 metas já atendidas. Marcia Valim questiona a Marilys se houve alguma manifestação sobre o
110 público e o custo do serviço. Marilys questiona se o Clube de Mães apresentou o resultado da
111 pesquisa que ela realizou e foi informado que não. Marilys refere que seria interessante sugerir
112 ao Clube fazer esta apresentação. Eva questiona qual a fonte que irá fazer esse financiamento.
113 Gisele faz os esclarecimentos quanto ao não conveniamento da entidade ALIA, mas que o
114 recurso entrou no orçamento e foi utilizado em razão da necessidade gerada na subvenção
115 pelo remanejamento ocorrido em 2016, contudo, para o orçamento de 2017 será possível
116 utilizar este recurso da fonte livre. Eva coloca sua preocupação caso seja necessário suprir
117 falta dos repasses federais no próximo ano uma vez que o uso dos recursos da fonte livre é
118 mais flexível. Gisele reforça que a proposta é melhorar o financiamento de metas já existentes
119 mantendo os recursos da subvenção em subvenção. Márcia Valim refere que entende a
120 preocupação da conselheira Eva mas reforça a situação dos SCFV, inclusive com o
121 fechamento de atendimento pelas irmãs de Santa Ana e Boa Esperança que precisarão ser
122 remanejados. Após discussões Gisele faz a apresentação dos valores, sendo doze mil, cento

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 e trinta e quatro reais por mês, tendo como proposta o repasse de um mil quinhentos e
124 dezesseis reais e setenta e cinco centavos divididos pelas duzentas e cinquenta metas já
125 atendidas pelo clube de mães, tendo como aporte seis reais e seis centavos ao valor já
126 financiado de sessenta reais e sessenta e sete reais por meta, ficando o valor de sessenta e
127 seis reais e setenta e três centavos por meta. Para o SCFV o valor a ser partilhado seria de
128 dez mil, seiscentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos, divididos por mil seiscentas e
129 cinco metas que atualmente recebem setenta e quatro reais e vinte centavos, tendo como
130 aporte seis reais e sessenta e um centavos, passando essa rede a ter como financiamento o
131 valor de oitenta reais e oitenta e um centavos por meta atendida. Valmirete coloca em votação
132 e é aprovada pelo conselho esta proposta de partilha tendo a abstenção do voto da conselheira
133 Eva, justificando não ter entendimento da lógica da proposta. Gisele passa à apresentação do
134 ponto **6. Prestação de Contas recursos Calamidade Pública** informando que os recursos
135 destinados à aquisição de telhas para famílias atingidas pelas chuvas ocorridas em janeiro
136 deste ano de 2016, no valor de seis mil e oitocentos reais, recebidos dois meses após a
137 situação de calamidade, não foram utilizados visto que, devido ao atraso no recebimento, as
138 famílias já haviam sido atendidas pela Secretaria de Obras, COHAB e outros parceiros,
139 acarretando a necessidade de devolução do valor. Eva faz questionamentos sobre a
140 possibilidade de utilizar os recursos em outras providências ou em outros momentos. Gisele
141 esclarece que sim, mas desde que seja para atender as situações de calamidade, o que já foi
142 suprido pelo município, e doações e se isso ocorresse dentro do prazo de 180 dias da
143 ocorrência da situação de emergência que suscitou o repasse. Gisele apresenta a prestação
144 de contas dos valores e a justificativa necessária para a devolução do recurso, salientando que
145 o atendimento às famílias também foi feito através de doações e outros serviços articulados
146 pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como acolhimento e benefícios, não sendo
147 possível apresentar valores exatos sobre esses itens. Maria Angela Santini faz
148 questionamentos sobre as possibilidades de usos do recurso, Gisele e Márcia fazem os
149 esclarecimentos. Maria Angela sugere pedido de prorrogação do prazo para o uso do recurso
150 e Eva coloca que também há responsabilidade do município no não uso do recurso devido à
151 burocratização das tramitações internas. Valmirete sugere inclusão de texto no parecer do
152 conselho que este aprova a devolução do recurso conforme notas explicativas constantes no
153 instrumento de não utilização do recurso. Márcia solicita que conste em ata que é importante
154 observar que a partir das manifestações dos conselheiros e presentes, houve o debate que,
155 em virtude dos prazos estabelecidos pelo Estado para execução, mas também, em decorrência
156 dos processos internos da SMAS, como da operacionalização da gestão do município e que
157 nas estratégias emergenciais não houve tempo e viabilidade para execução deste recurso.
158 Observado que outras ações garantiram o atendimento emergencial na ocasião, mas que
159 poderia, por exemplo, ter sido compradas as telhas para substituir as doadas, que poderiam
160 estar em condições ruins. **3. Apresentação SMAS sobre execução de deliberações do
161 CMAS em 2015 e 2016.** Pelo adiantado da hora da reunião, é sugerido quarenta minutos para
162 apresentação deste ponto. Conselheira Gisele Tavares faz a contextualização do pedido de
163 prestação de contas quanto às deliberações do CMAS e passa a apresentar ponto a ponto.
164 Márcia Valim solicita que as deliberações não executadas fiquem em destaque na

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 apresentação para que sejam retomadas posteriormente. Sugere-se que, devido ao volume de
166 informações, a apresentação seja anexada como parte integrante desta ata. Ivana solicita a
167 palavra e questiona sobre a resolução da instância de controle do programa bolsa família que
168 tem prazo para o dia dezanove de dezembro de dois mil e dezesseis. Gisele esclarece que
169 está em fase de finalização pela Secretaria Executiva deste Conselho. Márcia agradece a
170 apresentação, salienta a necessidade de publicização, destaca a necessidade de alguns
171 acompanhamentos e a necessidade de colocar conselheiros para acompanhar alguns
172 processos visando a agilidade da resolução das deliberações. Sugere avaliação semestral das
173 deliberações. **5. Calendário 2017** Gisele sugere envio de correspondência à SMAS com o
174 calendário oficial solicitando evitar agendar compromissos nas datas de reuniões do conselho.
175 **8. Relato das Comissões e 9. Informes** reforçada a realização do Encontro Municipal de
176 Vigilância Socioassistencial na data de amanhã e a reunião, também no mesmo dia, da
177 Comissão de Finanças da Câmara de Vereadores às quatorze horas sobre as emendas
178 parlamentares. A reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e cinco minutos, sendo o que
179 havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho, redijo a presente
180 ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.